



# Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten initials in blue ink: J. M. A.

## Reunião do Conselho Consultivo do Tribunal Judicial da Comarca do Porto ACTA

Handwritten signatures and initials in blue and green ink, including 'PMP'.

**DATA:** 14 de Setembro de 2017, pelas 14: 30 horas

**LOCAL:** Rua de Camões, n.º 155, 4049-074 Porto (instalações do D.I.A.P. do Porto e 1.ª Secção de Instância Central de Instrução Criminal do Porto).

\*

### Membros do Conselho Consultivo:

- **Juiz Presidente da Comarca do Porto:** Dr. José António Rodrigues da Cunha
- **Procurador-Geral Adjunto Coordenador:** Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro
- **Administrador Judiciário:** Dr. José Aurélio Cabido
- **Representante dos Juizes da Comarca:** Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira
- **Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca:** Dr. João G. A. de Simas Santos
- **Representante da Ordem dos Advogados:** Dra. Elisabete Grangeia
- **Representante da Ordem dos Solicitadores:** Dra. Alexandra Ferreira
- **Representante dos Oficiais de Justiça:** Escrivão de Direito António Licínio Marques Cabral
- **Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:**
  - Dr. Luís Filipe Castro de Araújo (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gondomar);
- **Representante da Associação Empresarial de Portugal:** Dra. Olga Tavares
- **Representante do Conselho de Reitores:** Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos
- **Representante dos Consumidores – D.E.C.O.:** Dr. Miguel Dias Gomes
- **Gabinete de Apoio ao Juiz Presidente da Comarca:** Dra. Ana Maria Mota Pinto

\*

### AUSENTES:

Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira; Dr. João G. A. de Simas Santos; Dr. Luís Filipe Castro de Araújo, tendo comparecido em sua substituição a Dra. Carla Alexandra Nogueira Pinto Ferreira, Dr. Miguel Dias Gomes, tendo comparecido em sua substituição o Dr. André Regueiro, e o Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos, sendo o mesmo substituído pela Prof. Dra. Mariana Fontes da



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Costa, Dra. Olga Tavares, tendo a mesma comunicado que, por motivos pessoais, compareceria com atraso.

\*

### APRESENTAÇÃO:

Apresenta-se, em seguida, a competente acta onde se discriminam, por súpula, os assuntos submetidos à mesma.

\*

### ORDEM DE TRABALHOS:

1 – Assuntos diversos respeitantes à Comarca do Porto.

\*

Iniciada a reunião, pelas 14:45 horas, pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foram dadas as boas vindas a todos os presentes, com votos de um bom ano judicial.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi comunicado aos membros presentes que não foi obtida qualquer resposta à renovação da comunicação anteriormente remetida á Exma. Sra. Ministra da Justiça.

Dada a palavra á ilustre representante da Ordem dos Advogados pela mesma foi dito que considera grave a omissão de qualquer tipo de resposta por parte da Exma. Sra. Ministra da Justiça, afirmando que a solução para este impasse será uma conferência de imprensa a fim de dar a conhecer publicamente todas as questões debatidas neste Conselho Consultivo.

Dada a palavra aos membros para se pronunciar quanto ao acima exposto, pela ilustre representante dos Municípios foi sugerida a remessa de nova missiva.

Pelo ilustre representante dos Oficiais de Justiça foi dito estar de acordo com a posição da ilustre representante da Ordem dos Advogados, uma vez que não há forma de obter resposta da Sra. Ministra da Justiça.



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

*[Handwritten signatures and initials in blue and green ink, including 'KON', 'Miguel', and 'AM']*

Pela ilustre representante do Conselho de Reitores foi dito que não se encontra devidamente informada para tomar posições visto estar em representação do Sr. Prof. Dr. Miguel Pestana, comprometendo-se a dar-lhe conhecimento de tudo o que for discutido.

Pelos ilustres representantes da D.E.C.O. e da Ordem dos Solicitadores foi dito, igualmente, subscrever a posição da ilustre representante da Ordem dos Advogados.

Tomada a palavra pelo Exmo. Sr. Procurador Coordenador, pelo mesmo foram dadas as boas vindas, com votos de um bom ano judicial, aos membros presentes.

Em seguida, fazendo menção da sua conhecida relutância em tratar destes assuntos em praça pública, afirmou o seu descontentamento, face ao que julga como falta de consideração do Ministério da Justiça, ao não dar seguimento aos pedidos razoáveis apresentados por este Conselho Consultivo.

Mais afirmou que, a contragosto e com reserva, concorda com a posição da ilustre representante da Ordem dos Advogados.

Dada a palavra ao Exmo. Sr. Administrador Judiciário, pelo mesmo foi dito que está de acordo com a posição adoptada pela ilustre representante da Ordem dos Advogados.

Referiu, ainda, algumas das dificuldades sentidas nesta Comarca, nomeadamente a falta de condições das instalações do Juízo de Família e Menores de Matosinhos, a deslocalização do Juízo Central Criminal de Vila do Conde.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi sugerido que se optasse, não por uma conferência de imprensa, mas antes pela abertura da próxima reunião do Conselho Consultivo á comunicação social, sem prejuízo de, posteriormente, realizar uma conferência de imprensa com vista ao esclarecimento dos pontos que se entenderem necessários.

Mais referiu, não estar, apenas, em causa o projecto da mega sala de audiências, não concretizado por ter sido entregue a privados á revelia do Conselho Consultivo, mas também a questão do custo mensal, no valor de 3.500,00 €, pago pelo erário público pelo salão dos Bombeiros Voluntários de Valadares, única alternativa encontrava para assegurar a realização de mega-



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten signatures and initials in black, blue, and green ink, including the name 'Alc. G.' and the acronym 'AMP'.

julgamentos, e a falta de resposta á proposta apresentada relativamente á instalação, a custo zero, de uma esquadra da PSP neste edifício, como acordado com as respetivas chefias.

Mais apontou para o facto de a Comarca do Porto ultrapassar o volume das pendências e das entradas da Comarca de Lisboa, não tendo, contudo, os mesmos recursos a nível humano, de equipamentos e instalações.

Pela ilustre representante da Ordem dos Advogados foi dito concordar com o ora proposto, aconselhando o levantamento exaustivo de todas as questões em causa, de modo a tornarem-se evidentes as discrepâncias que existem entre comarcas e a dar conhecimento ao cidadão comum da existência de um Conselho Consultivo, as suas preocupações e interesse na realização da justiça.

Consigna-se que, pelas 15:20 horas, compareceu a Dra. Olga Tavares, tendo o Exmo. Sr. Juiz Presidente, por súmula, dado conhecimento dos assuntos debatidos na sua ausência.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi referida a necessidade de obras de fundo no edifício de S. João Novo, para as quais a previsão é de dois anos para a sua conclusão, sendo imperativa a transferência dos serviços para outro local, tornando-se, pois, relevante a questão do Convento de Santa Clara, pois possibilitaria a pretendida transferência e, findos os trabalhos em S. João Novo e consequente regresso dos serviços á sua origem, proceder-se-ia á deslocação do Juízo Central Criminal de Vila do Conde para o espaço.

Pelo Exmo. Sr. Procurador Coordenador foi sugerido que, caso se opte pela conferência de imprensa, o assunto a discutir deve ser centrado na questão levada ao conhecimento da Exma. Sra. Ministra da Justiça, isto é, o Convento de Santa Clara.

Mais referiu que, no pensamento desta Comarca, fundado no que deduziu dos contactos mantidos com a Câmara Municipal de Vila do Conde e com os dirigentes e técnicos da DGAJ e do IGFEJ que aqui se deslocaram, a mega sala representaria o embrião do polo judiciário de Vila do Conde, uma vez que possui condições potenciais para instalar aí todos os actuais serviços judiciários e os que se encontram deslocalizados, como é o caso do Juízo Central Criminal de Vila do Conde.

Mais assinalou ser censurável ao Ministério da Justiça a desconsideração traduzida no facto da insistência na obtenção de uma posição por parte do Ministério, se revelar infrutífera até ao



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and the name 'In. Adv. G.' in green ink.

momento, não podendo, pois, pese embora a reserva, deixar de concordar com a posição da ilustre representante da Ordem dos Advogados e do Exmo. Sr. Juiz Presidente se vier a ser tomada por maioria.

Pela ilustre representante da Ordem dos Advogados foi sugerido ser de aferir a posição da Câmara Municipal de Vila do Conde no âmbito deste assunto.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi dito que para a Câmara Municipal de Vila do Conde as expectativas, na matéria em causa, não eram vãs, na medida em que foram efectuadas visitas ao local a fim de analisar a possibilidade de instalação das secções, da esquadra da P.S.P., da mega sala, das celas, do percurso para os carros celulares, etc., tendo existido negociações e contactos com a D.G.A.J. e o I.G.F.E.J.

Pelo Exmo. Sr. Procurador Coordenador foi corroborada a existência de projectos e ofícios a mencionar a data do início das obras para a mega sala, factos estes reveladores de vinculação institucional.

Mais referiu que o Voto de Protesto anteriormente redigido traduz, de forma rigorosa, todas as circunstâncias da matéria em debate.

Dada a palavra aos membros presentes, com a excepção da ilustre representante do Conselho de Reitores, a qual se absteve, todos se pronunciaram favoravelmente quanto á abertura á comunicação social na próxima reunião do Conselho Consultivo, a agendar oportunamente.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi dito que haverá uma ordem de trabalhos para essa reunião, publicitada e escrita, com o contributo de todos os membros presentes, nela constando as questões prementes da Comarca.

Mais propôs que, relativamente á organização da iniciativa “Estados Gerais da Comarca”, a mesma se realize em finais de Novembro ou início de Dezembro, o que foi aprovado, sem oposição.

Pela ilustre representante da Ordem dos Advogados foi comunicado que, na sequência da recepção de um ofício remetido pelo Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados a dar conta da resposta





## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

do Ministério da Justiça, o mesmo contém um lapso no que diz respeito sobre quem deu conhecimento da questão em debate – Convento de Santa Clara -, do qual já foi feito o devido reparo.

Em seguida, interpelou o Exmo. Sr. Juiz Presidente quanto á inexistência de lugares reservados a advogados no parque de estacionamento do Tribunal de S. João Novo, tendo em atenção que se encontram dois advogados em serviço de escala na parte da manhã e dois na parte da tarde.

Em resposta, pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi dito que as obras, ali realizadas, diminuiram o espaço existente, pelo que será difícil obter mais lugares, todavia a questão ora colocada será devidamente analisada.

Pelo ilustre representante dos Oficiais de Justiça foi questionada a situação das instalações do Juízo de Comércio de Santo Tirso, ao que o Exmo. Sr. Juiz Presidente esclareceu que se aguarda o cumprimento das promessas, as quais prevêem o funcionamento do Juízo do Comércio de Santo Tirso, para daqui a um ano, em local apropriado, libertando o espaço ora ocupado.

\*

Nada havendo mais a tratar, procedeu-se a um agendamento da próxima reunião, por acordo entre todos os membros presentes, designando-se o próximo dia **26 de Outubro de 2017, pelas 14:30 horas, na Sala de Conferências do Palácio da Justiça, no Porto.**

\*

Consigna-se que a presente reunião foi encerrada pelas 16:15 horas.

A presente acta vai ser devidamente assinada.

Juiz Presidente da Comarca do Porto,

  
\_\_\_\_\_  
(Dr. José António Rodrigues da Cunha)



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

5  
or  
Am

Procurador-Geral Adjunto Coordenador,

(Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro)

Administrador Judiciário,

(Dr. José Aurélio Cabido)

Representante da Ordem dos Advogados,

(Dra. Elisabete Granjeia)

Representante da Câmara dos Solicitadores,

(Dra. Alexandra Ferreira)

Representante dos Oficiais de Justiça,

(Escrivão de Direito António Licínio Marques Cabral)

Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:

(Dra. Carla Ferreira - Câmara Municipal de Gondomar)



**Tribunal Judicial da Comarca do Porto**

*[Handwritten signatures]*

Representante do Conselho de Reitores,

*Mariana Fontes da Costa*

(Prof. Dra. Mariana Fontes da Costa)

Representante da Associação Empresarial de Portugal,

*Olga Tavares*

(Dra. Olga Tavares)

Representante dos Consumidores – Associação Portuguesa p/Defesa do Consumidor,

*André Regueiro*

(Dr. André Regueiro)

Gabinete de Apoio ao Juiz Presidente da Comarca,

*MP*

(Dra. Ana Maria Mota Pinto)